

## **A CRIANÇA E A CIDADE: DA IMPOSIÇÃO ADULTA À PARTICIPAÇÃO INFANTIL**

ARRUDA, Fabiana Moura (UEM)

MÜLLER, Verônica Regina (Orientadora/UEM)

### **Introdução**

Neste estudo investigou-se a relação de crianças com os espaços urbanos da cidade de Maringá – PR. A pesquisa foi realizada na Vila Emília, um bairro de classe social baixa. Utilizamos as teorias da Sociologia da Infância e da Antropologia Urbana como principais referências teóricas.

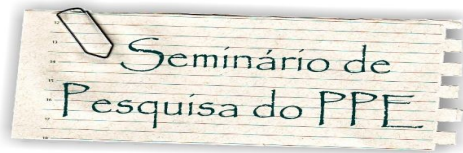
Com a visão adultocêntrica presente na sociedade, na qual a infância é apenas uma fase de preparação para a vida adulta, muitas vezes não damos importância nem escutamos o que as crianças têm a dizer, pois está ainda presente em nós, a ideia das crianças como seres inferiores que não sabem opinar e criticar.. Contrapondo-se a esta visão, a Sociologia da Infância <sup>1</sup>considera as crianças sujeitos sociais plenos, dotados de capacidade de ação, participação e ressignificação, produzindo culturas em suas relações sociais (Borba, 2005). Elas são reconhecidas como sujeitos de direitos que podem e devem opinar e participar das decisões que fazem parte da sua vida (Nascimento, 2007).

A antropologia urbana<sup>2</sup> investiga temáticas vinculadas à realidade dos fenômenos sociais e culturais que se revelam nas cidades. Tomás e Müller (2009) trazem a discussão da cidade como espaço de ação coletiva. Porém, as autoras afirmam que as crianças continuam a ser excluídas do processo de participação das escolhas e

---

<sup>1</sup> São hoje importantes referências os estudiosos do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho/Portugal, dentre eles: Sarmiento (2005), Tomás (2006) e Soares (2006).

<sup>2</sup> Hoje no Brasil, Magnani (2002) mostra-nos outro olhar sobre o espaço urbano, apontando as contribuições da área para o estudo das práticas culturais e a busca dos significados das experiências para os sujeitos.



planejamento urbano. Em relação às políticas, espaços e equipamentos urbanos são os interesses e escolhas dos adultos que prevalecem.

Alguns autores têm defendido que os espaços urbanos podem representar locais de educação, pois de acordo com Müller e Nascimento (2008) a função educativa não pode ser compreendida somente como responsabilidade da escola, mas deve ser compartilhada com a cidade, a qual é entendida como um agente educativo. Nesse sentido, a educação é compreendida como um processo social amplo e permanente que ocorre também fora da escola e as crianças são sujeitos da educação (Müller et al, 2007b). As escolas juntamente com os espaços da cidade podem contribuir para a formação plena das crianças, promovendo debates, discussões e eventos que fomentem a participação infantil juntamente com os demais moradores (Gadotti, 2002).

A partir de nossas leituras surgiram algumas questões: As crianças do bairro Vila Emília, como sujeitos de direitos, têm a possibilidade de participar da escolha e organização dos espaços urbanos, tendo suas opiniões e vozes levadas em consideração? A estrutura do bairro está voltada para as crianças ou ele é organizado exclusivamente para os adultos? Para responder tais perguntas utilizamos a pesquisa qualitativa (Minayo, 2004) e etnográfica (Borba, 2005). Apropriamo-nos do olhar 'de perto e de dentro' de Magnani (2002), valorizando significados e ações das crianças.

A fase de campo englobou observações e entrevistas. O roteiro de observação foi pautado em descrever os espaços urbanos do bairro e as práticas lúdicas das crianças. As observações foram registradas no diário de campo, bem como, os registros dos diálogos com as crianças e adultos, além de suas brincadeiras, idade e sexo. Foram realizadas, ao todo, quatro observações, durante o mês de abril de 2009. Elas duraram, em média, uma hora e meia cada uma. Três delas ocorreram em dias de semana, sendo duas no final da tarde, por volta das 17hs e das 19hs. A outra observação ocorreu numa tarde de sábado, às 14hs. A quantidade de crianças durante as observações foi de, aproximadamente, treze, na faixa etária de cinco a treze anos, de ambos os sexos.

As entrevistas aconteceram com oito crianças da Vila Emília, sendo seis do sexo feminino e duas do sexo masculino, na faixa etária de 7 a 10 anos. Elas foram convidadas a participar da pesquisa e os pais ou responsáveis autorizaram por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>3</sup>. Seus nomes foram preservados, sendo utilizadas somente as letras iniciais e suas idades. Para as entrevistas utilizamos três brinquedos<sup>4</sup>, escolhidos de acordo com a problemática da pesquisa, que tratam de temáticas como: infância, brincadeiras, participação e desigualdades sociais. Seus nomes são: “Queda do Poder”, “Construtor de liberdade” e “DiscriminaNÃO!”. Vale ressaltar que em nenhum deles o participante perde ou ganha o jogo.

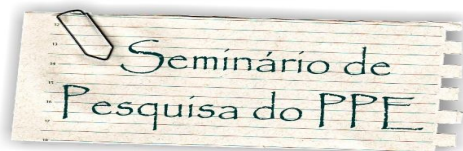
Em consequência do escasso espaço deste trabalho, explicaremos apenas um brinquedo utilizado por nós com sua respectiva foto abaixo para melhor ilustração:



Este brinquedo, chamado “Queda do Poder”, tem caráter não competitivo, promove a cooperação e busca fazer os sujeitos refletirem sobre a sociedade capitalista, por meio

<sup>3</sup> O projeto foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos – COPEP (CAAE Nº. 0077.0.093.000-09).

<sup>4</sup> Os brinquedos estão localizados no Laboratório de Pesquisa do Lúdico do Departamento de Educação Física (DEF) na Universidade Estadual de Maringá (UEM). São construídos por acadêmicos do curso.



da mediação do educador que tem a oportunidade de questionar as crianças a respeito de brincadeiras, brinquedos industrializados, coletividade, individualismo e espaços urbanos. No início, o mediador entrega a cada criança participante um boneco verde e realiza as questões para elas. As respostas das perguntas devem ser no sentido de negar a lógica capitalista; caso isso não ocorra, o boneco delas não poderá subir. Dada a resposta negando à lógica, a criança subirá com o seu boneco no sentido crescente até o topo. Ao chegar, as crianças só poderão soltar uma trava que segura a pirâmide e abre a caixa, quando as duas chegarem. Elas deverão, ao mesmo tempo, puxar as travas que se encontram abaixo da pirâmide para que as paredes da caixa abram. Nesse momento, a pirâmide cai e o boneco voa. Ao abrir a caixa, existem duas maquetes construídas, representando uma sociedade mais igualitária e solidária, com brincadeiras cooperativas e espaços urbanos onde todos podem participar e usufruir.

Os brinquedos empregados na investigação necessitam da ação de um educador durante sua dinâmica, que instrui sobre o modo de brincar e provoca questionamentos que levem à criança a reflexão da temática abordada pelo brinquedo. Como a autora desse trabalho faz parte do Projeto Brincadeiras<sup>5</sup>, escolhemos duas educadoras<sup>6</sup> deste projeto para auxiliar durante a vivência com os brinquedos.

Cada educadora elaborou um relatório minucioso a partir das experiências, falas e comportamentos das crianças durante a prática com o brinquedo no campo de pesquisa. A pesquisadora deste trabalho elaborou um relatório geral para complementar as informações e dados. As vivências com os brinquedos foram feitas em uma calçada da Vila. Os brinquedos foram organizados no chão e cada educadora ficou com um. Chegamos por volta das 14hs do sábado (dia 11/07/2009). O dia estava frio e nublado. Com a chuva, durante as entrevistas, tivemos que entrar no quintal da casa de uma criança, com a autorização de sua mãe. A chuva poderia estragar os brinquedos e

<sup>5</sup> Projeto de extensão do Departamento de Educação Física (DEF), vinculado a Universidade Estadual de Maringá (UEM), que tem como objetivo principal oferecer aos meninos e meninas em situação de rua de Maringá e Região, a oportunidade de brincar de forma orientada. O projeto é coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica R. Müller.

<sup>6</sup> As educadoras que fizeram parte deste trabalho são: Gisele Montagnole (Acadêmica do 1º ano do curso de Pedagogia da UEM) e Verônica Pradella (Acadêmica do 4º ano do curso de Psicologia da UEM).

atrapalhar, entretanto, conseguimos dar continuidade na garagem da casa com as outras crianças.

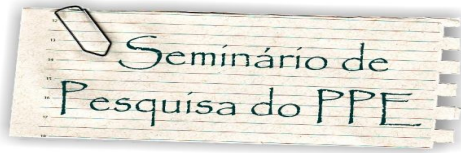
No decorrer do trabalho trazemos registros das observações, as falas das crianças nas entrevistas e a fundamentação teórica com a análise das informações. A seguir apresentamos uma breve caracterização do contexto pesquisado. Em seguida, discutimos as formas de participação infantil na cidade e a visibilidade das crianças nos espaços urbanos.

### **Observações constantes no diário de campo**

Neste momento descrevemos a cidade e o bairro onde realizamos o estudo com o objetivo de apresentar a conjuntura na qual se desenvolveu a pesquisa.

Segundo o censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado no ano 2007 a população de Maringá era de 325.968 habitantes, sendo que 283.792 de moradores viviam na área urbana. As pessoas em situação de pobreza, que correspondem à população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, eram em torno de 26.453 de acordo com o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), porém este dado refere-se ao ano 2000, quando a população ainda era de 288.653 habitantes. Portanto, não encontramos o mesmo dado referente ao ano de 2007, no qual o censo do IBGE apontou um aumento significativo na população maringaense.

Segundo Rodrigues (2004b) Maringá se classifica como uma cidade de porte médio, caracterizada por um modelo de urbanização núcleo-periferia. No centro localizam-se a elite e a classe média alta da população, já na área periférica, estão a classe média baixa e baixa. A cidade é a sexta colocada do Estado em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entretanto, Rodrigues (2004) aponta que no ano 2000 em Maringá, a partir de dados do IDH-M (Índice Municipal de Desenvolvimento Humano), 45% da riqueza produzida na cidade concentrava-se nas mãos de 10% da



população mais rica do município. Dessa maneira, vem acentuando o número de pessoas pobres ao mesmo tempo em que aumenta a concentração da renda.

Em relação à hierarquia social e econômica nos espaços urbanos, Neto et al (2007) mostram que Maringá afasta a população de menor renda para cidades vizinhas como Sarandi e Paiçandu, excluindo de seus moradores o acesso pleno e democrático à cidade com igualdade a todos os cidadãos, caracterizando sua segregação e elitização. Para esses autores, a produção do espaço urbano de Maringá seguiu desde o início a uma orientação que reproduziu processos de desigualdade social. Serviços como educação, saúde e lazer são ofertados em apenas alguns bairros da cidade, excluindo parte dos moradores do acesso a eles, como no caso do bairro investigado.

A Vila Emília é um bairro pequeno e periférico com apenas uma rua principal e cinco ruas perpendiculares. Em relação às instalações, observa-se a presença de um Centro Municipal de Educação Infantil, um bar, um cabeleireiro e uma igreja. O bairro não apresenta posto de atendimento à saúde.

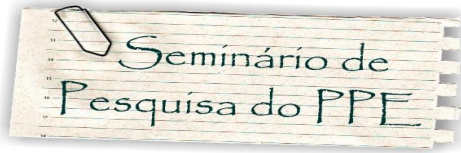
As casas de lá são em sua maioria pequenas e antigas, com muros baixos, inacabadas, com pinturas velhas ou sem pintura, feitas de tijolos ou de madeira. Algumas possuem quintais de terra, onde ficam penduradas as roupas para secar. Pouquíssimas casas têm lixeiras em frente. As calçadas são esburacadas, com sujeiras, resto de materiais de construção como tijolos, pedras e pedaços de madeira. Outras possuem galhos de árvores cortados. A maioria é feita de concreto e com buracos. Outras são de terra com muitas pedras soltas.

Nos terrenos baldios há muito lixo. O terreno em que observamos mais crianças brincando fica numa esquina da rua principal. O espaço é grande, com grama alta nos cantos e o centro é de terra. Possui um muro baixo feito de tijolos. Em seu interior podemos observar muita sujeira como: colchão velho, latas de refrigerante, garrafas pet e de vidro, tijolos, pedaços de borracha, papel e madeira.

Os moradores da Vila são, predominantemente, de classe social baixa e de etnia branca e negra. A maior parte não possui automóvel, de modo a usarem os ônibus urbanos. No fim da tarde é grande o movimento de adultos voltando do trabalho ou da escola com os filhos em bicicletas. Os moradores são bem comunicativos, pois em todas as oportunidades de conversa com adultos e crianças, eles se mostraram simpáticos, acolhedores e dispostos a nos dar informações e contribuir com a pesquisa. Não tivemos problemas com habitantes que não quisessem conversar ou mostrassem constrangimento com a nossa presença. A maioria se mostrou alegre e solidária; em nenhum momento registramos cenas de tristeza, brigas ou discussões entre vizinhos ou familiares. As crianças e adultos possuem roupas e calçados simples. As crianças, quando estavam nas ruas, usavam sempre chinelos ou sandálias, com pés e mãos sujos de terra.

Com as observações pudemos conhecer o horário de maior e menor fluxo de pessoas no bairro. Durante a semana, na parte da manhã, dificilmente encontramos alguma criança, apenas adultos e idosos em pequena quantidade. Nesse período, as crianças estão na escola e os jovens e adultos trabalhando. A partir das 17hs o movimento nas ruas cresce. As crianças começam a chegar da escola, algumas a pé, outras de ônibus, sozinhas ou acompanhadas por outras crianças ou adultos. Mulheres e idosos começam a circular em frente às casas. No início da noite, o movimento aumenta com a chegada de jovens e adultos do trabalho. Até as 20hs, ainda é grande o movimento das crianças nas ruas brincando e conversando.

Outra característica que nos chamou atenção foi em relação aos finais de semana, em que o número de crianças brincando e de adultos conversando nos espaços do bairro é ampliado. Por volta das 14hs, as crianças saem para brincar e os adultos ficam em frente às casas em rodas de conversa. Nos fins de semana, portanto, as crianças ocupam com maior intensidade os espaços. Liberadas de seus afazeres escolares que tomam grande parte do tempo durante a semana, elas aproveitam para realizar com maior frequência suas brincadeiras. Como as famílias são de baixa renda, as crianças e adultos passam o



tempo livre no próprio bairro. Elas ocupam e brincam intensamente nas ruas, calçadas e terrenos.

### **Participação das crianças na cidade**

Para Tomás e Müller (2009), as cidades compreendem uma realidade social, política, complexa e dinâmica, na qual se realizam as interações entre pessoas e instituições. Elas são cenários de diversidades, desigualdades, exclusões, contradições, lutas e movimentos que reconfiguram seus espaços sociais. A cidade é o lugar das diferenças, das trocas de conhecimento e da diversidade cultural. No entanto, constitui-se também como espaço de injustiças, miséria, abandono, violência e medo. O bairro investigado é um exemplo que representa as desigualdades espaciais e sociais que constituem o espaço urbano da cidade de Maringá.

A caracterização da Vila evidencia a necessidade da população de lá contar com espaços, equipamentos e serviços urbanos de qualidade, como escolas e postos de saúde. Procuramos nesta investigação trazer a discussão da participação infantil na cidade, evidenciando que as crianças, como sujeitos de direitos, podem participar da vida urbana, desde a ocupação dos espaços até à opinião de como devem ser e de sua decisão.

Segundo Müller e Nascimento (2008) as cidades são pensadas, projetadas e construídas por adultos, onde não se valorizam e levam em consideração as vozes e pontos de vista infantis. O mundo adulto e as cidades da forma como são organizadas não consideram as crianças como produtoras de um saber próprio sobre o espaço urbano (Nascimento, 2007). Dessa forma, o modelo adultocêntrico ainda permanece nas cidades, com lugares feitos por e para adultos nos quais as crianças precisam se adequar.

Na entrevista, perguntamos às crianças em que local costumam brincar no bairro e uma menina, (D. 9 anos), disse: “Não tem nada de parquinho aqui perto, não tem onde brincá, daí é ruim né”. Nesse trecho, fica claro que predominam na cidade, os interesses e as necessidades dos adultos. Nascimento (2007) trata da importância de discutirmos a



presença das crianças nas cidades, pois os locais podem ser recriados e transformados a todo o momento. As crianças buscam fazer do espaço, em seus pequenos trajetos, uma obra também sua. A autora nos mostra como elas se apropriam e transformam os espaços atribuindo-lhes novas funções, construindo outras maneiras de usá-los:

O mundo adulto concebe e atribui aos espaços funções específicas para atender a um determinado fim, se o banco está posto ali na praça é para sentar e não para servir de esconderijo como fazem as crianças. A criança com sua inventividade e ludicidade próprias da cultura da infância nos mostra outras cidades possíveis num ato de criação de inúmeras possibilidades de construir e desconstruir os espaços urbanos (NASCIMENTO, 2007, p.5).

A presença das crianças na cidade também foi discutida em nossa entrevista, quando perguntamos em quais espaços gostariam de brincar, reforçando a ideia de que elas precisam ter sua circulação mais livre e acessível no tecido urbano. Suas falas estão registradas abaixo:

D. (9 anos): “Na catedral de vôlei e bola”; F. (8 anos): “Numa pracinha perto da onde meu pai trabalha, no clube, no shopping”; V. (7 anos): “Sabe aqueles...parque de diversão com montanha russa, teatro, na escolinha de futebol”.

As respostas das crianças revelam que dentre os espaços citados, estão os públicos e privados, ou seja, elas apresentam a vontade de vivenciar suas práticas lúdicas tanto em locais onde possam estar mais livres, de forma um pouco mais autônoma e espontânea, como também em lugares fechados. Possivelmente, por não terem sempre acesso a locais privados, apresentam o desejo de frequentá-los. Além disso, expressam as vontades e necessidades de brincar em outros lugares na cidade. Nesse sentido, apontamos a discussão de se pensar o espaço urbano de forma a organizá-lo também para as crianças com lugares lúdicos, permitindo a elas viver sua infância com mais qualidade em outros locais da cidade.

Tomás e Müller (2009) apontam a necessidade da promoção espaços de debates para as crianças participarem e expressarem suas ideias e opiniões, de modo que suas necessidades e escolhas sejam instrumentos de participação. As autoras afirmam que

para atender a criança na cidade é preciso compreendê-la como cidadã, pedestre, estudante, como um ser brincante e aprendiz que observa, sugere, opina e vivencia experiências, aprendendo também fora do espaço escolar. Nascimento (2007) também trata da necessidade das formas de participação com e no espaço urbano que possibilitem a existência das culturas infantis. As diferentes manifestações das crianças presentes na cidade precisam ser entendidas e levadas em consideração ao se pensar seus espaços.

Perguntamos às crianças que espaços gostariam de ter na Vila Emília. Os trechos com as entrevistas exprimem algumas das suas necessidades, desejos e ideias:

M. (8 anos): “Um parquinho com escorregador, balanço, roda-rodinha...uma praça também pra brincá”; V. (7 anos): “podia ter um campo pra jogar bola”; F. (7 anos): “uma praça pra gente brincar”; F. (8 anos) disse: “um lugar pra brincar, com parquinho aqui perto, uma quadra pra fazer esporte; D. (9 anos): “Ponha um parquinho pra gente...uma quadra pra brincá de vôlei”. F. (8 anos) afirmou: “Uma pracinha aqui perto pra brincá....pras mães não ficá preocupadas”.

Os espaços que as crianças gostariam estão relacionados às suas brincadeiras, além disso, elas desejam não somente lugares, mas também equipamentos como escorregador, balanços e roda-rodinha. Elas demonstram querer mais do que espaços amplos, elas querem locais equipados que favoreçam suas práticas lúdicas e que sejam seguros.

As crianças são sujeitos sociais capacitados para tomar decisões sobre assuntos da sua vida e, portanto, devem participar das decisões que envolvem suas vidas. Entretanto, as visões mais tradicionais e que predominam nos estudos sobre a infância defendem “[...] ser necessário tomar decisões pelas crianças, posto que não as consideram capacitadas para tal atitude, e que, desta forma, estariam protegendo-as” (PINTO, 2003, p. 66). Nesse sentido, não se oferecem a elas possibilidades para o exercício da participação e a escolha de alternativas para a construção do espaço urbano onde vivem e vivenciam suas brincadeiras, por exemplo.

Devemos pensar a cidade de uma nova maneira, de modo que as crianças possam ter prioridade como usuárias dos espaços, incluindo as mesmas nas decisões referentes à sua construção e organização. As “vozes” das crianças apontam a importância da criação de espaços que possibilitem a elas serem escutadas, levando-se em conta suas opiniões. A participação infantil poderá promover a capacidade das crianças em aprender seus direitos, deveres, criticar, opinar, refletir e avaliar suas próprias decisões.

### **Visibilidade às crianças nos espaços urbanos**

Segundo Müller e Nascimento (2008) no espaço urbano os adultos têm sua circulação mais livre do que as crianças. Para as autoras é imprescindível incorporar às políticas públicas e ao planejamento urbano, os pontos de vista e as necessidades das crianças. “Somente assim espaços de sua participação poderão ser incorporados no planejamento dos espaços que elas ocupam” (Müller; Nascimento, 2008, p.1). Nesse sentido, Tomas e Müller (2009) apontam que usualmente os espaços das cidades tornam as crianças apenas usuárias desses lugares e não cidadãs de direitos. Daí a importância de dar visibilidade às formas de participação infantil com e no espaço urbano. As crianças brincam de acordo com suas necessidades, utilizando o espaço e os equipamentos urbanos de forma lúdica.

Nascimento (2007) afirma que os espaços construídos pelos adultos se opõem ao lugar imaginado e percebido pelas crianças. É necessário valorizarmos as práticas, manifestações e conhecimento das crianças, incluindo-as no ato de pensar e viver a cidade. Além disso, “[...] é importante que se dê visibilidade a suas linguagens e expressões verbais, gráficas, imaginativas e lúdicas” (NASCIMENTO, 2007, p.7).

A organização do espaço urbano para as crianças é, principalmente, planejada segundo os adultos. Sendo assim, são as crianças que precisam se adequar a ele. Nesse sentido, elas ainda não são reconhecidas como sujeitos de direitos, dentre eles o direito de opinar, criar, inventar, tomar decisões, construindo assim, sua identidade. Para pensar e reconstruir as cidades, Tomás e Müller (2009) apontam uma perspectiva que considere

as necessidades e opiniões das crianças em sua discussão. A cidadania infantil é um direito e as crianças podem participar, de forma concreta, na escolha e organização dos espaços.

As crianças têm muito a contribuir na e para a cidade. Elas podem sugerir outras perspectivas para o ambiente urbano que o adulto não tem. A interferência da criança na construção dos espaços pode configurar e construir locais mais lúdicos, onde a espontaneidade, característica mais presente na infância, esteja presente (Nascimento, 2007). Além disso, o espaço urbano é um elemento que contribui para a constituição das culturas infantis, pois nele as crianças se relacionam com seus pares, com os adultos, possibilitando novas trocas, aprendizados e descobertas; são lugares coletivos que permitem o encontro entre as pessoas.

Não é pelo fato das crianças falarem diferente do adulto, utilizar meios de expressão e linguagens que lhes são próprias que devem ser consideradas inaptas a contribuir para a vida na cidade. Pelo contrário, por trazer sua diferença que dialoga com o adulto a colocar um outro ponto de vista, uma outra perspectiva de se ver a cidade é que evidencia a importância da construção de um espaço público que compreenda múltiplas perspectivas aonde a criança pode mostrar aquilo que está oculto nos olhos do adultos (NASCIMENTO, 2007, p.10).

De acordo com Borba (2005), é necessário ampliarmos os direitos de participação infantil, por exemplo, na possibilidade das crianças escolherem e intervirem efetivamente na construção e estruturação dos espaços. Acreditamos na potencialidade das crianças em nos apontar aspectos para que possamos pensar junto com elas os lugares urbanos. Para tanto, é necessário incluímos seus pontos de vistas, sugestões, críticas e saberes, fazendo valer seus direitos no processo de decisão.

Silva e Nunes (2008), em estudo sobre os limites geográficos dos espaços urbanos para a vivência de jogos e brincadeiras, afirmam que as crianças necessitam de lugares como ruas, parques e praças, e que o acesso a eles seja possibilitado. Pois, por meio da interação com tais locais, elas têm a oportunidade de experimentar brincadeiras e relações sociais. Assim, não basta que as cidades possuam esses espaços, eles devem ser de

qualidade, com segurança e acessíveis a toda população. Para tanto, precisamos repensar em suas formas e organização, de modo que possam atender às necessidades e opiniões das crianças, efetivando sua participação na cidade.

Para que as crianças se apropriem do espaço e o transformem também em um lugar da infância, “[...] é necessário que a ela seja permitido deixar suas marcas” (PINTO, 2003, p. 67), possibilitando que elas participem de discussões, dando-lhes oportunidade de opinar e expressar suas ideias. Sendo assim, precisamos ampliar a concepção de espaço urbano como lugar que contribua para a formação humana da criança, sendo: “Um lugar cheio de sentido, que desperte o gosto pelo saber e que permita às crianças vivenciarem sua infância juntamente com seus pares (PINTO, 2003, p. 65).

Para Lansky (2007) é fundamental a formulação de políticas públicas para a criação de espaços voltados para as crianças, como locais de produção da cultura infantil. Em relação a isso, Debortoli e Resende (2007) compartilham da importância de novas políticas públicas que promovam a participação das crianças.

Mesmo reconhecendo que as presenças sociais das crianças no contexto urbano contemporâneo estão envolvidas em uma crescente institucionalização de um mercado globalizado, tal reflexão não pode nublar a importância do discurso da cidadania da infância ou das crianças como sujeitos sociais. Ainda que haja um agravamento das condições de vida das crianças em diferentes domínios, o discurso da cidadania das crianças apresenta o desafio de mudanças políticas e sociais que tensionem formas de inclusão social, de participação na produção da sociedade e suas instituições (DEBORTOLI; RESENDE, 2007, p. 4).

Tomás e Müller (2009) apontam que já existem experiências em cidades pelo mundo, nas quais as crianças participam e discutem no âmbito urbano, dentre elas o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MMNR) em Maringá, os Orçamentos Participativos de crianças e jovens e o Movimento das Cidades Educadoras. Além disso, existem cerca de 867 Cidades Amigas das Crianças no mundo, que promovem a participação infantil em espaços e práticas sociais. São cidades que se comprometem a respeitar os direitos da criança, onde as vozes, necessidades, prioridades e direitos

infantis “[...] tornam-se parte integrante das políticas, dos programas e das decisões públicas, sob o lema de que se trata de uma cidade apta para todos” (TOMÁS; MÜLLER, 2009, p. 3).

Será necessário que o século XXI seja o tempo de assumir que toda criança tem direito a uma infância de qualidade e essa só pode existir para todos se as políticas públicas assumirem como princípio e obrigação, a propulsão da vida da criança, ou seja, além da sua condição biológica, a sua cultura, além do tempo escolar, o não escolar, além da casa, a trajetória livre na cidade. São conceitos ampliados de responsabilidade do poder público, de tempos e espaços de atenção pública (institucionais e não institucionais) à infância, de formas democráticas de ocupação da cidade. A cidade de hoje deve ser então, imprescindivelmente, segura, para que as pessoas de todas as gerações ocupem seus espaços e instigadora, convidativa a oportunidades de participação em diversos âmbitos (TOMÁS; MÜLLER, 2009, p. 7).

Diante disso, compreendemos a criança como ser particular, com desejos, vontades e necessidades próprias que interage com o espaço em que vive e, ao mesmo tempo, o transforma. O acesso das crianças a parques, praças e a outros locais também representa o exercício da cidadania. Elas têm direito a espaços de qualidade para viver de forma mais autônoma e espontânea sua infância, onde possam ter contato com a natureza, de forma segura e aconchegante. Espaços livres e amplos para poder correr, pular, saltar, conversar; lugares em que possam viver seus direitos, em que possam opinar, discutir e participar de sua construção e organização.

### **Considerações Finais**

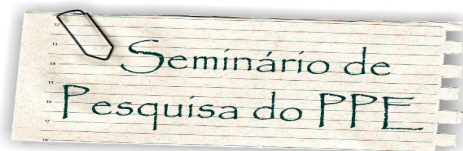
A criança possui características próprias, o que a torna singular. Com isso, a importância de estudá-la e conhecê-la melhor, por meio de sua voz e ideia, buscando uma aproximação maior com seu modo de ver o mundo e sua cidade. Entretanto, as crianças ainda são vistas como seres incapazes de opinar e participar. A maioria das decisões que envolvem as mesmas é tomada por adultos. Esse entendimento deixa de lado o exercício da autonomia e da participação infantil. Para romper com tal paradigma precisamos reconhecer e respeitar as crianças como sujeitos sociais que podem contribuir e tomar decisões.

A relação das crianças com os espaços urbanos pode configurar-se numa ação educativa. Para tanto, é importante considerarmos que a educação enquanto prática social é uma atividade humana e histórica que se realiza em diversos espaços da sociedade. Dessa maneira, não pode ser reduzida somente a escola. Os espaços urbanos podem ser locais de educação não-formal (Gohn, 2006), ou, se preferirmos, de educação social, como nos ensina Violeta Nuñez (1999), a qual se realiza em territórios que fazem parte da vida dos grupos sociais com propostas pedagógicas e com o cuidado educativo.

Exprimimos nossa preocupação e reconhecimento de que as crianças são capazes de participar de escolhas e decisões que afetam suas vidas, neste caso, especificamente em relação aos espaços urbanos. As crianças devem ter espaços feitos com e para elas. Entendemos que elas são capazes de opinar, criticar e refletir sobre a escolha de onde brincam e vivem. No entanto, o que predomina nas cidades são os lugares planejados e construídos por e para o universo adulto, ou ainda, inexistem quaisquer espaços de qualidade, como no bairro investigado, onde as crianças brincam e se apropriam do que resta para elas como ruas e calçadas esburacadas e terrenos baldios com muita sujeira, sem condições mínimas.

Dessa maneira, as crianças da Vila Emília têm seus direitos violados no que diz respeito à sujeira e aos buracos presentes nos espaços públicos, ou seja, elas têm o direito de viver num local com dignidade. Também falta a elas a liberdade de escolha para opções reais em relação aos locais por onde circulam e brincam. Elas têm outros direitos violados, pois, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), no artigo 16, as crianças têm direito à liberdade, compreendido em aspectos como: ir, vir e estar nos espaços públicos e comunitários, direito à opinião e expressão, brincar, praticar esportes e divertir-se, além de participar da vida familiar, comunitária e da vida política, na forma da lei.

Nesse sentido, vale ressaltar também que é de grande importância que as políticas públicas da cidade promovam a participação de toda a população e que garantam



serviços e espaços de qualidade a todos os cidadãos. Assim, as crianças também poderão participar na vida urbana de forma que suas vozes, pontos de vista e necessidades, sejam incluídos nas decisões, fazendo valer seus direitos no que se refere à participação na vida familiar, comunitária e política.

Concordamos com Nascimento (2008) ao afirmar que as crianças nos ensinam que os espaços urbanos podem ser usados de diferentes formas. Assim, elas devem ser reconhecidas como sujeitos sociais e o espaço urbano como mediador das relações humanas.

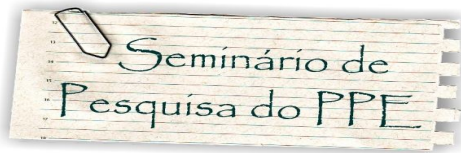
Redin e Romanini (2007) afirmam que na cidade moderna, com a exaltação do progresso e da racionalização como características, exclui-se aquilo que é gratuito, que dá prazer e que promove a ludicidade. Nesse sentido, os autores defendem a urgência de se repensar a cidade a partir das crianças. Dessa forma, compartilhamos da defesa de que: “Uma cidade boa será aquela que respeita as nossas crianças” (REDIN; ROMANINI, 2007, p. 53). E uma cidade que respeita as crianças é aquela que garante os seus direitos, dentre eles, a educação e a participação. Apontamos para a necessidade de espaços em nossa cidade que promovam a educação e a cultura de nossas crianças, que priorizem seus direitos, brincadeiras, criatividade; locais em que haja relação entre crianças de diferentes idades, entre crianças e adultos, nos quais a infância seja respeitada.

### **Referências**

BORBA, A. M. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar**. 2005. 279 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei 8.069, 13/07/1990, Lei 8.242, 12/10/2001, e Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.





CARVALHO, L. N. **Infância e espaço urbano**: significados e sentidos de morar em posse urbana para crianças com idade entre sete e onze anos. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

DEBORTOLI, J. A. O. ; RESENDE, L. F. Infância e lazer na cultura do consumo: um estudo sobre os shopping centers em uma nova espacialidade urbana. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. **Resumos...**: Recife: EDUPE, v. 1. , 2007, p. 265-265.

GADOTTI, M. Escola cidadã, cidade educadora: projeto e práticas em processo. In: **Jornal Bolando a aula**, n. 52, ano VI, p. 3-5, 2002. Disponível em <[http://www.gruhbas.com.br/arquivos/publicacao/bolando\\_aula\\_2002\\_52.pdf](http://www.gruhbas.com.br/arquivos/publicacao/bolando_aula_2002_52.pdf)>. Acesso em 12 ago. 2009.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: **Ensaio**: av. pol. Publ. Educ, Rio de Janeiro, V. 14, n. 50, p. 27-38. jan./mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 27 out. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil dos Municípios**, 2007. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87000](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87000)>. Acesso em 27 out. 2009.

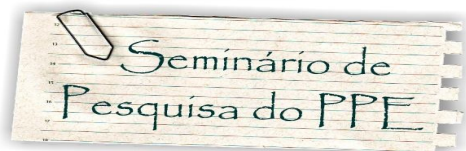
LANSKY, S. Cultura infantil no espaço livre público. In: **Participação e Paisagem**: práticas no espaço livre público, 2007, São Paulo. Grupo: Participação e Poder Público, p. 01-15, 2007.

MAGNANI, J. G C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MÜLLER, F. ; NASCIMENTO, N. B. Cidades do século XXI (Re) criadas pelas crianças. In: **Pátio**. Educação Infantil, v. 1, p. 1-2, 2008.

MÜLLER, V.R. **História de crianças e infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.



MÜLLER, V. R. et al. O brincar das crianças: aproximações às culturas infantis. In: **Revista Digital - Buenos Aires**, Ano 11, n. 104, 2007b. Disponível em: < <http://www.pca.uem.br> >. Acesso em: 23 jul. 2009.

NASCIMENTO, A. M. Infância e cidade: crianças e adultos em um espaço urbano público. In: 31ª Reunião anual da ANPED, 2008, Caxambu. **Anais...**: Recife, 2008.

NASCIMENTO, N. B. A cidade de São Paulo (Re) criada pelo imaginário e cultura lúdica das crianças: a participação infantil no espaço público. In: I Congresso Internacional em Estudos da criança, 2007, Barcelona, Espanha. **Anais...**: Barcelona, 2007.

NETO, G. A. et al. Maringá 60 anos: presente e futuro. In: MACEDO, O. L. C. de. Et al (Orgs.). **Pensar Maringá: 60 anos de plano**. Maringá: Massoni, 2007.

NUÑEZ. V. **Pedagogia social: cartas para navegar eem el nuevo milênio**. Ediciones Santillana, Buenos Aires, Argentina, 1999.

OLIVEN, R. G. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, G. (Org). **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PINTO, M. R. B. **A condição social do brincar na escola: o ponto de vista da criança**. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

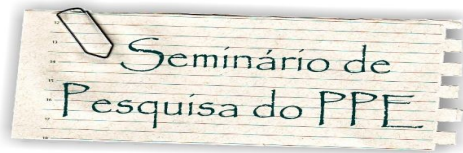
REDIN, E. ; ROMANINI, R. Outra cidade é possível. In: **Educação Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 51-56, jan./abr. 2007.

RODRIGUES, A. L. Pobreza escancarada. In: **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 2004. Disponível em: < <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/noticias/alm4.pdf> >. Acesso em 25 out. 2009.

RODRIGUES, A. L. Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de “porte médio”. In: **Cadernos de Metrópole**, n. 12, p. 95-121, 2º. Sem. 2004b. Disponível em: < [http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm\\_artigos/cm12\\_60.pdf](http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm_artigos/cm12_60.pdf) >. Acesso em: 14 fev. 2010.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, mai./ago.2005.

SILVA, J. V. P. ; NUNES, P. R. M. A cidade, a criança e o limite geográfico para os jogos/brincadeiras. In: **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, dez./2008.



SOARES, N. F. A investigação participativa no grupo social da infância. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2006.

TOMÁS, C. A. **Há muitos mundos no mundo:** direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. 2006, 380f. Tese (Doutorado em Educação e infância). Universidade do Minho, 2006.

TOMÁS, C. A.; MÜLLER, V. R. Crianças, participação e cidades: uma geo-grafia da infância. In: X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2009, Braga, Portugal. **Sessão temática...**: Braga, p. 1-9, 2009.